



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

### **ATA DA VIGÉSIMA QUARTA (24ª) SESSÃO ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;  
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos onze dias do mês de agosto do ano dois mil e quatorze realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Vigésima Quarta (24ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 07 de agosto de 2014. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Leonardo David Zaniboni (10), Luís Roberto Tavares (11), Luiz Antônio Guarnieri (12), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (13), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o Vereador Luiz Antonio Guarnieri para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Vigésima Terceira (23<sup>a</sup>) Sessão Ordinária, realizada em 04 de agosto de 2014, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 79, de 2014, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, “dispondo sobre a criação de programa de conscientização para a vacinação de cães contra a Cinomose”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 80, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 64/2014, datada de 11/08/2014, objeto do Ofício nº 64/2014, de igual data, “dispondo sobre o Programa Especial de Recuperação Fiscal – REFIS MUNICIPAL e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com o Ofício nº. 64/2014 o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fosse o Projeto de Lei nº. 80/2014 apreciado em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Neste ponto, pediu a palavra e levantou questão o Vereador Jorge Setoguchi, requerendo, verbalmente, a suspensão da sessão em curso, para atendimento de uma *comissão de representantes e empresários do transporte escolar rural, que denunciou dificuldades de participação na licitação do serviço*. O Presidente colocou à apreciação do Plenário o pedido verbal do Vereador Jorge Setoguchi, que foi aprovado por unanimidade. A sessão foi suspensa às 18h34, para que a representante do movimento, Cláudia Mortati Davoli, expusesse as reivindicações, e reaberta às 19 horas. Usou da palavra, na sequência, o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, requerendo, verbalmente, a suspensão da sessão para atendimento do comerciante *Florentino Luís Gonçalves*, o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

*Tina, envolvido em supostas denúncias de superfaturamento na aquisição de lanches, marmitas e refrigerantes.* Mais uma vez, o Presidente colocou à apreciação do Plenário o pedido verbal do Vereador, que foi aprovado por unanimidade. A sessão foi novamente suspensa, às 19h02, e foi reaberta às 19h41. Isto posto, prosseguindo com a parte do “Expediente”, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): n.ºs. 416 e 417, de 2014, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, bem como o gestor da pasta de Gestão Social, para que respondam uma série de indagações sobre o fornecimento de alimentos pela Agricultura Familiar” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe uma série de indagações sobre as entidades que recebem convênio do Município”; n.ºs. 418 e 421, de 2014, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e outros, solicitando, respectivamente “seja oficiada a direção da Viação Santa Cruz, bem como à Gerência de Trânsito e Transporte, visando a instalação de parada de ônibus, em local próximo à portaria do Condomínio Residencial Jequitibás” e “nos moldes do Artigo 60, parágrafo 3º, do Regimento Interno da Câmara, a prorrogação de prazo da Comissão Especial nomeada pela Portaria 23/2014, para acompanhamento das suspeitas da denominada Máfia do ISS”; n.ºs. 420, 422, 423 e 424, de 2014, da Sra. Vereadora Luzia Cristina Cortez Nogueira, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que remeta à Câmara cópia do projeto arquitetônico do CAIC Alfredo Bérghamo”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que remeta à Câmara cópia do edital de Carta Convite n.º 15/2013 e do anexo I, do mesmo edital”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que remeta à Câmara cópia do edital de Carta Convite n.º 12/2013 e do Termo de Referência do Anexo I, do mesmo edital” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Gustavo Antunes Stupp, para que remeta à Câmara cópia do contrato entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde e a empresa Governança Brasil”; nº. 426, de 2014, do Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe acerca do atendimento da Indicação nº 230/2014”; nºs. 427 e 428, de 2014, do Sr. Vereador Luiz Antonio Guarnieri, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que remeta à Câmara cópia dos contratos firmados entre Prefeitura de Mogi Mirim e empresas, responsáveis pelo transporte escolar no Município” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe uma série de questões relativas ao trecho da Avenida Adib Chaib, compreendido entre o acesso à Avenida Mogi Guaçu – rotatória Tenneco – e a rotatória da Praça Lions”. O Requerimento nº. 419, de 2014, da Sra. Vereadora Luzia Cristina Côrtez Nogueira, solicitando, “nos moldes do Artigo 59, II, e Artigo 61 e seguintes, do Regimento Interno da Câmara; combinado com o Artigo 34 e seguintes da LOM de Mogi Mirim, a criação de Comissão Especial de Inquérito, para acompanhamento das suspeitas de superfaturamento na aquisição de lanches, marmitas e refrigerantes”, foi rejeitado, por treze (13) votos contrários a três (03) votos favoráveis; (arquive-se). Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES**, endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nº 508, de 2014, do Vereador Leonardo David Zaniboni, sugerindo, “providências para a ligação viária da Rua do Mirante, com a Avenida Expedito Quartieri”; nºs 509 e 510, de 2014, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, sugerindo, respectivamente, “abertura da estrada sentido Martim Francisco/Usina Esmeralda, após dez metros do primeiro redutor de velocidade” e “instalação de cobertura e bancos no ponto de ônibus, localizado em frente ao Posto de Saúde de Martim Francisco”; nºs. 512, 513, de 2014, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“manutenção da camada asfáltica na Rua João Mendes de Almeida Junior, centro, trecho próximo ao Sarau Eventos” e “manutenção nas tampas dos bueiros, que apresentam desníveis, na Avenida Luiz Gonzaga Amoêdo Campos”; nº 514, de 2014, do Sr. Vereador Manoel E. P. C. Palomino, sugerindo, “instalação de redutor de velocidade, tipo lombada, na Avenida Capitão João Gonçalves Teixeira, altura do nº 271/280, no Jardim Brasília”; nº 515, de 2014, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, “notificação ao proprietário de terreno, localizado na Rua Antônio Pinto, 246, Jardim Murayama I, para capina e limpeza”; nºs. 516 e 517, de 2014, da Sra. Vereadora Daniela Dalben Mota, sugerindo, respectivamente, “estudos, junto ao COMTUR e FUNTUR, para a elaboração de um Calendário de Eventos Culturais, voltado para a propagação do turismo na cidade” e “estudos, junto ao COMTUR e FUNTUR, para inclusão do FESTIMM – Festival de Inverno de Mogi Mirim no Calendário Oficial do Município de Mogi Mirim”; nº 518, de 2014, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, “restauro no calçamento, em frente à EE Oscar Rodrigues Alves, centro da cidade”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nº. 57, de 2014, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e outro, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de profundo pesar pelo passamento do Dr. Bruno Augusto P. Rezende, ocorrido em 1º de agosto do corrente”; nº. 58, de 2014, dos Vereadores membros da Bancada do PPS à Câmara, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de profundo pesar pelo passamento do ex-vereador Edmur Pinto Fortuna – o Edmur do Casarão, ocorrido em 06 de agosto último”. Na sequência, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, datados de 1º e 07 de agosto de 2014, respectivamente, “respondendo a respeito do Requerimento nº 388/2014; Requerimento nº 290/2014; Requerimento nº 367/2014; Requerimento nº



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

392/2014; Indicação nº 468/2014; Indicação nº 474/2014; Indicação nº 475/2014; Indicação nº 437/2014; Indicação nº 463/2014; Indicação nº 455/2014; Requerimento nº 368/2014, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Ofício SS nº 154/2014, datado de 28 de julho de 2014, subscrito pelo Sr. Gérson Rossi Junior, Secretário de Saúde de Mogi Mirim, “encaminhando cópia dos novos convênios firmados com Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, com vigor a partir de 1º de julho de 2014”; (arquite-se); Ofício nº 50/2014, datado de agosto do corrente, subscrito pela Liga de Futebol Amador de Mogi Mirim – LIFAMM, “convidando para o encerramento da Copa Veteranos ‘Carlos Alberto de Oliveira – Capone’ 2014, com a final disputada entre Pedreira FC versus Vila Dias FC, no domingo, 10 de agosto de 2014”; (arquite-se); Telegramas referências: nºs. 006318, 009686, 010191, 012334, 014406, 016286, 018787, 019235, 019539, 020803, 022084, 028328, 036929, 039636, 041911, 053242, 056158, 005587, 000651, 002566, 004513, 006581, 008594, 010559, de 2014, datados de 1º, 05 e 11 de agosto do corrente, subscritos pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional da Saúde do Ministério da Saúde, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquite-se). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que versou a respeito da I Parada Gay de Mogi Mirim, ocorrida no último domingo. A Vereadora parabenizou os organizadores, colocando que Mogi Mirim mostrara que as diferenças existiam e precisavam ser respeitadas e que, a Parada Gay era um movimento social fantástico, que deveria ser preservado para novas edições, objetivando cessar o preconceito. Para encerrar, a Vereadora, mudando de assunto, fez um apelo à população e à Secretaria de Mobilidade Urbana, para providências relativas às vagas para deficientes, que estavam



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

constantemente ocupadas por pessoas sem deficiência, citando, como exemplo, as vagas na feira livre, que estavam sempre ocupadas, e vagas em frente à agência da Caixa Econômica Federal, estabelecendo que era impossível ao deficiente estacionar, solicitando ainda, da Secretária de Educação, Professora Márcia Róttoli, uma campanha educativa, visando, desde a infância, a conscientização de que as vagas eram destinadas exclusivamente os deficientes. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni, que comentou a respeito do Projeto de Lei nº 80/2014, dispondo sobre o Programa Especial de Recuperação Fiscal – REFIS MUNICIPAL, lido e encaminhado ao exame das Comissões Permanentes. O Edil do SDD aclarou que o programa era uma boa maneira de aumentar a arrecadação, ajudar pessoas a parcelar suas dívidas e citou que defendia um programa semelhante para as dívidas junto ao SAAE, cuja inadimplência, segundo os jornais, girava em torno de vinte e oito milhões. Falou sobre o telhado da escola CAIC, situada na zona leste da cidade, cobertura que era de policloreto de vinil - PVC e estava totalmente estragada, informando ainda, que depois de um ano de um seu pedido, finalmente, o teto seria retirado, seria aberta uma licitação, pela Prefeitura, e instalado um telhado novo. “Um ano depois, vão retirar toda a cobertura, que está estragada, vão abrir licitação e colocar uma nova e, infelizmente, este é um exemplo de como o Poder Público não anda na velocidade que desejamos”, pontuou e concluiu sua participação. Como o próximo inscrito, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador João Antônio Pires Gonçalves, para comunicar a todos a notícia de uma futura ligação viária entre a zona norte, Jardins Silvânia, Novacoop e outros, e o Parque do Estado II e o Jardim Mirim Guaçu. O Vereador explicou que esta era uma luta muito antiga, que, finalmente, ele veria concretizar, aguardando, para meados de 2015, sua efetivação. “Uma luta antiga, até hoje não tinha conseguido concretizá-la, mas, agora, certamente será executada, pois é obra importante à zona norte que, hoje, tem



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

um trânsito muito carregado nas imediações da empresa Tenneco, antiga Monroe”, frisou e encerrou seu discurso. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi, que relatou ter sido procurado pela comissão de empresários do transporte escolar rural, já ouvida no início da sessão, a qual fez críticas ao sistema de pregão estabelecido pela Prefeitura, para concessão do serviço. Segundo relatou, a administração municipal exigia a caução de trezentos e cinquenta mil reais, por parte da empresa, para sua participação no processo licitatório. “Poucas pessoas poderão participar deste pregão e eu reivindico que o pregão seja melhor organizado, para que mais empresas possam dele participar, porque a livre concorrência traz melhora ao serviço, lembrando ainda, que, atualmente, o transporte escolar rural é razoável e nós, moradores da zona rural, também pleiteamos que as crianças fiquem menos tempo em transporte, uma vez que, hoje, as crianças permanecem mais de hora em trânsito e cremos que, a chance de solução deste problema e de outros seja maior, com mais empresas participando”, ponderou Edil e encerrou sua fala. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. O Vereador, primeiramente, versou sobre a reivindicação trazida pela comissão de empresários do transporte escolar rural, lamentando que, do decidido, não se tenha agendado qualquer reunião junto ao secretariado do Prefeito, para discussão do assunto. Depois, falou a respeito do Projeto de Lei nº 79/2014, de sua autoria, lido na presente sessão, explanando que solicitava a criação de um programa de conscientização, para a vacinação de cães contra a Sinomose, uma doença grave, que matava muitos animais, cuja vacina era comum e custava pouco, no mercado, e sendo cem por cento eficaz, quando do seu emprego preventivo. Destacou também, o programa de recuperação fiscal, aclarando que vinha requerendo o REFIS há tempos, porque eram muitos os populares que o solicitavam, já que desejavam quitar suas dívidas, mas não conseguiam pagá-las de uma única vez. Comunicou ainda, que a parcela mínima, para pagamento mensal, através do REFIS, seria de trinta reais para



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

a pessoa física. Sobre o telhado do CAIC, disse que estava solicitando a substituição do forro desde o início do ano; que tinha apresentado requerimento, para pedir a reestruturação da escola e, principalmente, de sua quadra esportiva; que o forro não apresentava qualquer segurança, que ele estava prestes a cair e que, sua retirada já era um início de recuperação da escola. Por fim, relatou que estivera visitando a UBS da Vila Dias, ouvindo várias reivindicações de funcionários e usuários, e que, duas coisas tinham lhe chamado a atenção: a primeira, a situação dos Agentes Comunitários de Saúde, e a segunda, a situação do prédio, quando era sabido, que o Governo do Estado tinha remetido trezentos mil de reais, para recuperação daquele posto de saúde periférico. “O governo mandou trezentos mil reais, especificamente, para a UBS da Vila Dias, a verba está conosco desde dezembro de 2013 e, até agora, não vi um projeto de melhorias para a UBS e as paredes continuam trincadas, as portas quebradas, um prédio sem qualquer condição de segurança, sem trancas e sem estrutura, e até já ouvimos falar, que a verba foi desviada, repassada para outro postinho do bairro, portanto, nós vamos averiguar, porque a verba era destinada, especificamente”, explanou, finalizando sua fala. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antonio Guarnieri que, de início, comentou a respeito das proposituras que apresentou, principalmente, requisição de cópia dos contratos acerca do transporte escolar, para análise de custos; questões relativas ao trecho da Avenida Adib Chaib, compreendido entre o acesso à Avenida Mogi Guaçu – rotatória Tenneco – e a rotatória da Praça Lions, para ampliação de uma faixa da referida avenida, bem como comentou solicitação de recuperação de ponto de ônibus, no trevo da empresa Baumer, próximo ao Complexo Lavapés, ponto que não oferecia segurança, principalmente, no período noturno. Com relação ao transporte escolar rural, o Vereador repudiou a realização do pregão e criticou a postura da administração municipal. “Tomara que o pregão não aconteça, porque, no meu entendimento, a administração, simplesmente, está deixando de ouvir, de conversar e de entrar



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

em entendimento com essas pessoas, que estão trabalhando neste tipo de transporte, que é tão importante para nossas crianças, principalmente, na zona rural, e vemos, então, a dificuldade de conversar e, infelizmente, a administração está dando as costas à essas empresas, que estão aí, há tanto tempo, e ainda, não é possível entender, porque não existe uma planilha quantitativa, por quilômetro rodado, nem memorial descritivo do que se pretende fazer, ou onde se quer chegar, portanto, o que se percebe é que a nossa administração não se preocupa com custos e, muito menos, com os pequenos empresários da cidade, mas se preocupa sim, com aqueles grupos de apoio ao Poder Executivo e ao Prefeito, os quais, certamente, vão render alguns dividendos”, explanou o Vereador do PT. O Vereador disse que era difícil aceitar tal tipo de conduta; que o dever do vereador era fiscalizar o Poder Executivo e apoiar os pequenos empresários locais, pessoas que trabalhavam e pagavam impostos no município; que, quanto maior a concorrência, melhor seria o serviço para os usuários; que a administração não se preocupava com o serviço do transporte e, tampouco, com os pequenos empresários da cidade, mas se preocupava com os grupos de apoio ao prefeito, que, com certeza, render-lhe-iam dividendos; que os cidadãos tinham que lutar pelo seu direito; que a única explicação para tais atitudes era o direcionamento da licitação, para os grupos de apoio ao Executivo; que a locação de prédio, para a Câmara, seguia pelo mesmo caminho, ou seja, o do direcionamento da licitação; que a Câmara deveria trabalhar em prol do povo e não para desenvolver os interesses do prefeito; que era necessário diferenciar uma coisa da outra, porque não era permitido misturar interesses de investidores de campanha, com o interesse do povo, e que, a reforma da Câmara estava sendo ‘empurrada com a barriga’ até o esgotamento. “Temos que lutar com paciência, perseverança e eliminar essas coisas, que não contribuem para o desenvolvimento de nossa cidade”, concluiu. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, que comentou a respeito do transporte escolar rural. O



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Vereador disse que havia falta de reconhecimento da administração para com os profissionais; que havia desvalorização profissional; que as estradas vicinais estavam horrorosas, com buracos e poeira; que, no caso de um acidente, os motoristas seriam os responsáveis, os mesmos motoristas que não estavam sendo ouvidos pelo prefeito; que os empresários e motoristas do transporte escolar rural estavam reivindicando uma situação melhor; que a administração deveria demonstrar bom senso, coerência na licitação, e não o contrário; que este era mais um absurdo da Prefeitura de Mogi Mirim, que atravancava a vida das pessoas que, verdadeiramente, trabalhavam em prol da cidade, escoltando as crianças, com grande responsabilidade; que estava indignado com a exigência de uma caução de trezentos e cinquenta mil reais, para participação no processo licitatório; que esta proposta era surreal, um absurdo; que o Prefeito não mostrava diálogo, mas sim, a imposição; que o Prefeito não escutava o povo; que o Prefeito dava péssimo exemplo; que Mogi Mirim não tinha um terminal de ônibus urbano; que a implantação de um terminal de ônibus urbano era sua bandeira, sua luta; que não se via qualquer investimento nessa área, que o prefeito vivia ‘jogando dinheiro’ fora e que, a prova disso, por exemplo, era a instalação do semáforo em frente ao Supermercado São Vicente, no cruzamento da Avenida Brasil com a Rua do Tucura. Sobre o citado semáforo, o Edil salientou que a sua instalação fora feita ‘no achômetro’, ou seja, sem estudo prévio, que o aparelho tinha sido desativado, logo após sua colocação, e que, vivia piscando, feito uma árvore de Natal. “Fica minha indignação e peço que cessem de jogar dinheiro fora, dinheiro que é da população, mas invistam com seriedade, estudem para locar e instalar semáforos, e ainda, tenham mais respeito às pessoas, que estão à frente do transporte escolar rural”, finalizou. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Luzia Cristina Côrtez Nogueira, que, primeiramente, mesmo vendo rejeitado seu requerimento, agradeceu os votos favoráveis ao seu pedido de criação de Comissão Especial de Inquérito – CEI, para



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

acompanhamento das suspeitas de superfaturamento na aquisição de lanches, marmitas e refrigerantes. A Vereadora afirmou que nada tinha contra os comerciantes que participavam de licitações; que qualquer indício de ilegalidade, por menor que fosse, tinha que ser investigado; disse que, aquele que não devia, não precisava ter medo; que não estava apontando a questão de quem tinha participado, mas sim, a questão do pregão, que havia classificado três vencedores, cada um recebendo uma cota; que esta disposição era um problema para quem elaborava a licitação, ou seja, a administração pública; que Mogi Mirim tinha inúmeros comerciantes; que todos haviam participado da licitação, no ano passado, mas não desta vez; que isto era estranho; que qualquer licitação feita pela Prefeitura tinha que levar a um serviço de qualidade, com menor preço; que Mogi Mirim tinha muitos problemas graves, em várias áreas, precisando de dinheiro; que o dinheiro não podia ser jogado fora; que a Prefeitura deveria comprar qualidade a preço menor; que isso era benéfico, que conhecia o comerciante Florentino Gonçalves, o Tina, e era sabedora de sua trajetória, mas que os fatos deveriam ser investigados e que, se necessário fosse, ingressaria como novos pedidos de CEI. “Espero que o Ministério Público investigue o que realmente houve, como foi direcionado o processo, porque é erário, tem que retornar em benefício da população e, se eu tiver que entrar com outro pedido de CEI, certamente, eu vou entrar, porque não estou preocupada em aparecer, mas é minha maneira de legislar, é a maneira como acredito que o vereador tenha que legislar, participar, eu me preocupo comigo, e sei o que tenho que fazer”, frisou e finalizou sua fala. Na sequência, falou o Vereador Daniel Gasparini dos Santos. Versou acerca do transporte escolar rural, apoiando as reivindicações dos empresários do setor e classificando a postura da Prefeitura como absurda. “É um absurdo o que desejam fazer com os empresários, alguns com até trinta anos de serviços de qualidade, no setor, e eu espero que a Márcia Róttoli, Secretária de Educação, que foi vereadora e sempre defendeu



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

o interesse popular, defenda o interesse de vocês, pois são mais de quarenta pais de famílias, que dependem deste trabalho e ela precisa intervir, a licitação deve ser suspensa, o prefeito deve melhor ponderar a questão, com todos, porque existe uma dificuldade muito grande de trazer novas empresas para Mogi Mirim, não há novos postos no mercado e não podemos tirar o sustento de pais mogimirianos, logo, o meu apoio à esta causa, no aguardo de ver a licitação suspensa”, explanou e concluiu. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. Este, primeiramente, abordou a questão do transporte escolar rural, afirmando que encaminharia ofício ao Prefeito e à Secretária de Educação, na tentativa de adiar a licitação, explicando ainda, que achava justa a subdivisão e linhas, porque as crianças chegavam mais cedo em suas residências e permaneciam menos tempo em trânsito. “O intuito maior é beneficiar mil e tantas crianças do transporte escolar e acredito que a licitação está abrindo espaço para empresa de fora, porque é o que transparece”, completou. Com relação à votação do pedido de abertura de Comissão Especial de Inquérito, o Vereador do PT aclarou ter assinado o requerimento, mas explicou que votara contrariamente, acreditando ser sensato aguardar a manifestação do Ministério Público, e ainda, destacou que a CEI era meramente política e que, seu posicionamento diante da votação do requerimento, poderia levar a mais uma representação do partido contra ele. Depois, dirigiu-se ao Vereador Luiz Guarnieri, correligionário, para tratar de questões partidárias. Pediu que o Vereador citasse quais eram os grupos econômicos que tinham sido beneficiados com suas posições em Plenário. “Quero pedir ao colega, líder de bancada, que me faça uma gentileza, já fiz pedido por escrito, que me informe, que me aponte, quais são os grupos econômicos beneficiados com as minhas votações, e que me aponte, quais são os projetos inconstitucionais, que dizem eu votei, e ainda, qual foi o dia que o nobre líder marcou reunião de nossa bancada aqui, porque estou sendo representado e a primeira coisa, antes de eu ser notificado, foi mandar o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

relatório para a imprensa, e o palhaço, aqui, corre atrás para se defender”!, colocou. “Isto é uma patifaria!”, verbalizou e prosseguiu, destacando que estava constrangido, por demais, porque o líder de sua própria bancada procurava fazer representações e não lhe remetia as respostas às suas defesas, mas as entregava aos jornais, que as publicavam. “Se tiver que fazer alguma acusação contra mim, faça, mas com embasamento, ou será que sofro, por que disputo cadeira na Assembleia Estadual?”, perguntou e completou: “ou será que sofro, por que minha opinião é contrária a dos demais?”. Para encerrar, mais uma vez, pediu ao líder de sua bancada, Vereador Luiz Guarnieri, que apontasse quais eram os grupos econômicos, que estavam sendo privilegiados com seus votos, e quais eram os projetos inconstitucionais. Como a próxima oradora inscrita, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, desistisse da palavra, fez uso da mesma, na sequência, o Vereador Laércio Rocha Pires. Este se dirigiu aos representantes do transporte escolar rural, alertando-os para que não se espantassem com alguns vereadores, que, em Plenário, posicionavam-se de uma forma, mas, nos bastidores, agiam de forma diferente, tentando dizer que, de forma hipócrita, defendiam o fim do pregão, mas sempre pressionavam a Prefeitura, cobrando dela a realização de processos licitatórios. “Não se iludam, fiquem espertos, porque aqui é um jogo, um jogo difícil de entender, e quando a pessoa chega perante vocês, se torna até criança, com a fala bonitinha, mas, nos bastidores, cobra a licitação por parte da administração”, salientou. “Eu prefiro que o Prefeito pague mais aos empresários, para que sejam valorizados e para que esses empresários consigam colocar vans novas e trabalhar com dignidade, porque isto é que é bom”, frisou. “O prefeito tem que valorizar os empresários da cidade, mas vocês não se iludam com certos posicionamentos, em tribuna, porque pedem sim, pela licitação, portanto, vejam quem é quem, porque fazer demagogia é fácil”, disse, finalizando sua fala. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h43, conforme o disposto no Artigo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: EM SEGUNDO TURNO: **“ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:**

1. Projeto de Lei nº 164, de 2013, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni, “instituído o “IPTU VERDE”, desconto no Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) às habitações sustentáveis e dando outras providências”. NOTA: Projeto de Lei nº 164/2013, retirado e arquivado conforme reza o Requerimento nº123/2014, aprovado na sessão ordinária do dia 10 de março de 2014; desarquivado e reapresentado, conforme ofício 12/2014, do autor da matéria, Vereador Leonardo David Zaniboni, “ex-vi” do disposto nos Artigos 18, I, “e” e 164, § 2º do Regimento Interno; (submetido a votos, sessão de hoje, a Casa aprovou, Segundo (2º) Turno, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 164/2013, do Vereador Leonardo David Zaniboni); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim);

2. Projeto de Lei nº 48, de 2014, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “dispondo sobre a instalação de suporte para bicicletas em ônibus coletivos e dando outras providências”. Para discutir a matéria, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, que parabenizou o Vereador Luís Roberto Tavares, pela iniciativa do projeto, e colocou ainda, que sempre defendera a instalação de ciclovias na cidade e que apoiaria todos os projetos que contribuíssem para a propagação do uso da bicicleta, como meio de transporte; (colocado a votos, sessão de hoje, a Casa aprovou, Segundo (2º) Turno, por treze (13) votos favoráveis a três (03) votos contrários, o Projeto de Lei nº 48/2014, do Vereador Luís Roberto Tavares); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno:**

3. Projeto de Lei Complementar nº 08, de 2014, de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

autoria do Prefeito Municipal, “alterando e acrescentando dispositivos à Lei Complementar nº 233/2009, relativa à outorga onerosa de potencial construtivo adicional (solo criado)”); (submetido a votos, sessão de hoje, a Casa aprovou, Segundo (2º) Turno, por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar nº 08/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 4. Projeto de Lei Complementar nº 09, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “concedendo isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) aos empreendimentos habitacionais de interesse social e dando outras providências”; (posto a votos, sessão de hoje, a Casa aprovou, Segundo (2º) Turno, por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar nº 09/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 5. Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “alterando dispositivo da Lei Complementar nº 280/2013, que institui a Contribuição de Iluminação Pública – CIP, prevista no Artigo 149-A da Constituição Federal”; (submetido a votos, sessão de hoje, a Casa aprovou, Segundo (2º) Turno, por doze (12) votos favoráveis a quatro (04) votos contrários, o Projeto de Lei Complementar nº 11/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 6. Projeto de Lei nº 76, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alterações na Lei Municipal nº 5.494, de 2013 que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Assistência Social”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado a votos, sessão de hoje, a Casa aprovou, Primeiro (1º) Turno, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 76/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como os primeiros inscritos, Vereadores



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Dayane Amaro Costa, Leonardo David Zaniboni, Osvaldo Aparecido Quaglio, João Antonio Pires Gonçalves e Cinoê Duzo, desistissem da palavra, fez uso da mesma, na sequência, o Vereador Luís Roberto Tavares. Este comentou a respeito das proposituras que apresentou, a saber, requerendo o restauro do calçamento no centro da cidade, principalmente, na Rua Dr. José Alves, em frente à EE ‘Rodrigues Alves’, bem como reiterando solicitação para implantação de um programa educativo e de conscientização contra a prática de queimadas, considerada crime. “Neste final de semana, na zona leste, atearam fogo no NIAS, a maior queima que houve lá, atingiu a área verde e a nascente, portanto, solicitamos um trabalho de conscientização nas escolas, sobre as queimadas, porque os que mais sofrem são os idosos e as crianças, é preciso falar da responsabilidade de quem atea o fogo, e quem acaba pagando a conta, somos nós mesmos”, ponderou. Falou também que aguardava do Comandante da Defesa, Paulo Machado, um relatório, contendo o resultado do trabalho que fora feito, no tocante ao combate ao cerol, destacando que o cerol da linha chilena cortava até capacetes. “O problema é que, até hoje, o Comandante Machado não apresentou o material da apreensão feita em Mogi Mirim, mas apenas disse que apreendeu e descartou o material”, completou. Afirmou que pretendia agendar uma reunião sobre o assunto, com a participação do Comandante Machado e da Promotoria Pública, porque o cerol era algo perigoso, que ceifava vidas. Para concluir, o Vereador agradeceu a aprovação do Projeto de Lei nº 76/2014, de sua autoria, incluso na pauta da “Ordem do Dia” da presente sessão. A seguir, para responder ao Vereador Waldemar Marcurio, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, seu correligionário. O Vereador aclarou que procurava ter uma relação amistosa e cordial com todos; que não tinha repassado a resposta do partido ao correligionário, porque esta não lhe chegara nas mãos; que o partido não lhe chamara para conversar a respeito; que o partido iria marcar nova reunião para tanto; que o Vereador Waldemar Marcurio seria convocado à reunião, como de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

praxe; que seria a segunda reunião a respeito da comissão de ética do PT; que o assunto era um assunto interno, para trato na comissão de ética do partido; que ele, orador, por tais razões, preferia não tecer comentários sobre tal assunto, em tribuna; que o Vereador Waldemar Marcurio havia sido convidado para a última reunião e, justamente, não tinha comparecido, que desejava ele comparecesse na próxima, procurando a chegada a um denominador comum, e que, os grupos de interesses mencionados, eram grupos ligados ao Prefeito. “O Vereador Waldemar diz desconhecer quais são os grupos de interesse econômico, mas se ele tivesse observado minha fala, quando comentei sobre a licitação do transporte escolar rural, teria compreendido, pois fica evidente, que são grupos ligados ao Prefeito, que investiram em sua campanha e querem, agora, dividendos”, salientou. “Se discordo de alguma postura, discordo da posição o Vereador Waldemar, principalmente, em projetos que são de extrema importância para a grande maioria da população mogimiriana, em especial, os mais necessitados, e eu posso citar pelo menos dois desses projetos, que são o projeto de Parceria Público Privada, referente ao SAAE, quando perdemos por um voto – certamente o do Vereador – e o projeto dos cargos comissionados do Prefeito”, colocou. O Líder do PT à Câmara prosseguiu, dizendo que eram esses os pontos conflitantes, mas que preferia ainda, não comentar sobre esse assunto em tribuna, porque acreditava que certos comentários deveriam ser feitos em separado e não, publicamente. “Respondi e efetuei os comentários na comissão de ética do partido e é lá que vou me dirigir ao correligionário, aqui não, e, se discordo de alguma coisa, evidentemente, cito, superficialmente, alguns nomes dos vereadores, que compõem a base de governo, e é evidente que, nos projetos de extrema importância para o Executivo, você faz parte, e isso difere totalmente da postura dos vereadores, que não concordam com tais projetos, projetos que o Executivo manda para a Câmara e, sob pressão, em certos obscuros, são aprovados, e você faz parte”, frisou e encerrou sua fala. Na sequência, fez uso da palavra a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Vereadora Luzia Cristina Côrtez Nogueira, que comentou resposta que recebeu, contendo esclarecimentos sobre o porquê do fechamento do albergue da cidade. Ela explicou que o fechamento tinha se dado a pedido da entidade mantenedora, que estava trabalhando com prejuízos; que o albergue já fora um serviço da Prefeitura Municipal, que tinha sido, depois, terceirizado e, agora, estava sendo fechado, que o fechamento traria sofrimento à população e perguntou onde os moradores de rua tomariam banho, doravante. Verbalizou que era importante resolver a questão o mais breve possível, para que não ocorressem problemas futuros; que os moradores de rua tinham direito ao banho e a profissionais que tentassem reconduzi-los para as respectivas famílias, que Mogi Mirim estava sem tal serviço, no momento, e, para finalizar, salientou que este era mais uma das razões pelas quais ela era contra a terceirização de serviços importantes à população. Como o próximo orador, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o nobre Edil Waldemar Marcurio Filho, para replicar. Disse que durante o seu desabafo não tinha citado o nome o correligionário, Vereador Luiz Guarnieri, mas que, agora, estava citando; que o correligionário, Vereador Luiz, havia assinado a representação contra ele, sem tê-la lido; que um dos integrantes da comissão de ética do Partido dos Trabalhadores era Ernani Gragnanello, pessoa contra a qual o orador tinha uma disputa pessoal; falou que muitos desejavam que ele falasse apenas dentro do partido, mas que não tinha sido ele o primeiro a ir à imprensa; que os jornais já possuíam cópia da resposta à defesa contra a representação, mas ele não; que coisas como essas tinham que ser resolvidas dentro de um partido, quando havia ética nesse partido, coisa que o seu partido, o PT, não tinha; que estava cansado; que não iria se calar; que as pessoas de seu partido queriam lhe expulsar do quadro de filiados, que ele também tinha munção e que, o vereador correligionário havia insinuado certos ‘acertos’ e enfrentaria ação judicial por causa disso. “Que tipo de acerto? Está ferindo a minha idoneidade, disse que votei sob a pressão



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dos interesses de grupos, então, que ele dê nome aos bois, que aponte, porque é muito fácil deixar coisas nos ares”, completou. “Todos sabem que tenho essa discussão com o Ernani Gragnanello, ele me persegue sim, e, agora, quer bancar o coitadinho, mas ele é secretário municipal na cidade de Leme, permanece horas aqui, na sede do partido, dando expediente, e eu acho isso muito estranho, porque o trabalho dele é em Leme, lembrando ainda, que há vinte anos ele não se elege e usa do partido em benefício próprio e induz muitas pessoas, do nosso partido, a votarem com ele”, afirmou. O Vereador sublinhou que estava se rebelando, porque não era induzido por ninguém, e solicitou, novamente, que o Vereador Luiz Guarnieri apontasse quais tinham sido os projetos inconstitucionais aprovados e quais eram os grupos que ele, orador, tinha beneficiado. Requereu as respostas ‘no papel’, pois, caso contrário, os caluniosos sofreriam as sanções legais cabíveis contra a calúnia e a difamação. “Não aceito mais esta perseguição, que vem desde o início do meu mandato e vou retribuir, pois tenho bala na agulha”, finalizou. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento do *Dr. Bruno Augusto P. Rezende* e do *ex-vereador Edmur Pinto Fortuna, o Edmur do Casarão*. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h27, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM